

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16604 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

### A COORDENAÇÃO DO PIBID DE HISTÓRIA NO PARANÁ (2011-2020): AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Ruhama Ariella Sabião Batista - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

Mary Ângela Teixeira Brandalise - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### A COORDENAÇÃO DO PIBID DE HISTÓRIA NO PARANÁ (2011-2020): AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

**RESUMO:** Este texto apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutoramento realizada no PPGE- UEPG. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve como objetivo analisar a avaliação dos coordenadores de área sobre o PIBID de História no Paraná (2011-2020), por meio de um questionário online, aplicado para 29 coordenadores dos subprojetos que participaram do Programa no período delimitado. Como pressupostos teóricos adotou-se a teoria da avaliação de políticas e programas orientada por/para uma agenda social, os conceitos de Estado, campo e habitus, da teoria bourdieusiana e as perspectivas decoloniais, para discutir a especificidade das políticas educacionais em países que têm os efeitos da colonialidade em sua formação. A Análise Textual-Discursiva (ATD) foi a metodologia utilizada para a análise dos dados produzidos. Os resultados indicaram que: a) os coordenadores não tiveram uma formação ou instrução inicial para a compreensão do Programa proposto; b) o critério de entrada dos coordenadores não foi relacionado à experiência teórica/profissional na área do ensino ou da formação de professores, por isso, tiveram dificuldades ao elaborar e atuar nos subprojetos. Pondera-se que, se consideradas essas questões durante os processos avaliativos do PIBID, poderia se alcançar melhorias no desenvolvimento do Programa, conforme as avaliações orientadas por/para uma agenda social.

**PALAVRAS-CHAVE:** PIBID. Avaliação orientada por/para uma agenda social. Ensino de História.

Na perspectiva de avaliação de políticas educacionais orientada por/para uma agenda social, o processo avaliativo se configura como um aspecto essencial para o desenvolvimento adequado de uma política ou programa que vise a sua melhoria.

A partir desse entendimento, este texto discute parte dos resultados de uma pesquisa realizada no doutoramento em Educação (2019-2023), que teve como tema a “Avaliação das (re)configurações do PIBID de História no Paraná pelos coordenadores de área (2011-2020)”.

Apresenta-se, nesta ocasião, uma das categorias de avaliação do PIBID, no período de 2011-2020: “Coordenação do PIBID de História”, elencada a partir das categorias definidas na análise dos resultados.

Como pressupostos teóricos, além da teoria da avaliação de políticas e programas orientada por/para uma agenda social (Fernandes, 2011, 2018; Afonso, 2009), foram utilizados os conceitos de Estado, campo e *habitus*, da teoria bourdieusiana (Bourdieu, 1983a, 1983b 1989) e as perspectivas decoloniais (Quijano, 2005; Afonso, 2015, 2017), para discutir a especificidade das políticas educacionais em países que têm os efeitos da colonialidade em sua formação.

As avaliações orientadas por/para uma agenda social consideram a participação dos envolvidos na política ou programa como um dos principais fundamentos, e, no caso desta da pesquisa, os sujeitos foram os coordenadores de área do PIBID de História no Paraná. Apesar de não serem os únicos participantes, esses agentes foram fundamentais para uma avaliação do Programa, visto que participaram das etapas iniciais e/ou processo de organização e implementação dos subprojetos, ou seja, deixaram suas impressões nas diferentes etapas e vivências nas IES nas quais desenvolveram as ações. Alguns participaram desde o início e nunca saíram, outros participaram no início e voltaram somente depois de alguns anos, outros permaneceram por um curto período, enfim, cada experiência foi singular no entendimento do PIBID de História no período de 2011 a 2020, recorte da pesquisa realizada.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, adotou como procedimentos para a produção dos dados a análise documental e questionários online, realizados com 29 coordenadores, representantes de todos os subprojetos das universidades paranaenses que participaram do PIBID de História no período investigado. A metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiazzi, 2011) foi a utilizada no tratamento, organização e análise dos dados oriundos das respostas aos questionários, escolhida porque considera a subjetividade dos sujeitos e de suas posições, a possibilidade de categorizar os dados produzidos de acordo com as especificidades e semelhanças e, posteriormente, gerar nova produção de conhecimento a partir deles.

Dentre as categorias que emergiram, apresenta-se neste texto a categoria “Coordenação do PIBID de História” (CA), que contém as quatro unidades de análise: (UA1) Conhecimento do Programa; (UA2) Forma de ingresso na coordenação do Programa; (UA3) Tempo de atuação na coordenação; (UA4) Relação do coordenador com a área de Ensino de História/Formação de Professores.

Na CAUA1, foram apresentados os dados relacionados ao Conhecimento do Programa. De acordo com os dados coletados, 42% não conheciam o Programa antes da adesão pela instituição nas quais atuavam; 17% conheceram pelas experiências de outras áreas em outras IES; 14% pelas experiências de outras áreas na mesma IES de atuação; 14% pelos canais oficiais do governo; e, somente 13%, reunindo as menores porcentagens,

conheciam previamente por conta da experiência de colegas da mesma área ou porque o Programa já existia na instituição. Desse modo, apesar de lançado em 2007, os agentes foram apresentados ao PIBID de diferentes modos, não somente a partir dos órgãos oficiais de divulgação do governo.

Evidenciou-se nas respostas dos agentes o que Jardimino (2014) caracterizou como caráter emergencial, caracterizando esse Programa como política de formação de professores de caráter compensatório, por não haver uma normativa que o definisse como política educacional de Estado, mas sim de governo, além de não ter se investido em uma ampla divulgação ou formações acerca do Programa para o seu entendimento inicial.

Os dados produzidos na CAUA2, quanto a forma de ingresso no Programa, mostram de que forma os agentes se tornaram coordenadores: 69% afirmaram ter submetido o subprojeto por definição do Departamento/Colegiado de Curso de Licenciatura em História; 14% pela falta/escassez de candidatos; 14% declararam ter sido por adesão própria, por meio de processo seletivo; e 3%, por convite de outro coordenador de área para a atuação voluntária, ou seja, sem bolsa, conforme previsto a partir do Edital nº 7 de 2018. Agrupando esses dados tem-se que 83% dos agentes não escolheram diretamente se tornarem coordenadores, ao passo que 17% o realizaram por adesão própria.

Enquanto sujeitos, os agentes investigados estavam inseridos em diferentes estruturas das IES, mais diretamente às departamentais e de colegiados de Curso de Licenciatura em História, os quais têm regras próprias. Contudo, eles também são agentes estruturantes dessas estruturas (Bourdieu, 1983a), pois além das atribuições funcionais, também precisam atender e se dispor às diferentes demandas que nelas se apresentam, no caso desta pesquisa, para a adesão à coordenação do PIBID de História.

A CAUA3 referiu-se ao exercício da coordenação do Programa, em que: 73% dos agentes atuaram por mais de 2 anos nos subprojetos; 27% de um a dois anos e 3% menos de um ano. Os dados indicaram que houve uma preponderância dos agentes que atuaram por mais de dois anos como coordenadores, o que pode indicar, em relação à forma de ingresso evidenciada na CAUA2, que o cenário de interesse pode ter mudado ao longo da participação no Programa, visto também que as respostas dos coordenadores foram mais positivas do que negativas em relação aos efeitos do Programa, conforme observou-se na categoria definida sobre esta temática.

A CAUA4 tratou sobre a relação do coordenador com a área do Ensino de História/Formação de Professores, dados que possibilitaram compreender a análise da CAUA2, dado que: 48% declararam que não desenvolviam pesquisas relacionadas à área; 45% já realizavam pesquisas na área antes de se tornarem coordenadores, e 3% no período em que atuaram no PIBID; e 4% afirmaram que não tinham relação, mas que aceitaram a coordenação para auxiliar os acadêmicos a receberem a bolsa de incentivo à docência, propiciada pelo Programa.

O campo da formação de professores de História é constituído por agentes com diversas formações e interesses de investigação, ainda que pertencentes ao mesmo campo. Nesse espaço de lutas, os agentes podem atuar na busca por estratégias para a manutenção das hierarquias consolidadas no campo ou na contestação dessas (Bourdieu, 1983b). Os dados analisados na CAUA4 evidenciam a inserção dos agentes em um campo em que há embates entre aqueles que têm suas pesquisas diretamente relacionadas ao ensino de História e os que não, como percebe-se nas discussões que acerca da elaboração da BNCC de História. Os demais dados da pesquisa apresentaram que esses embates puderam ser evidenciados também no PIBID de História.

Ao pertencer ao quadro de docentes de um curso de formação de licenciandos em História, deve-se considerar que mesmo aqueles que não direcionam suas pesquisas para a área do ensino, ao atuarem como professores formadores de futuros professores têm como responsabilidade considerar todos os aspectos essenciais para a formação e atuação profissional de um professor de História, que compreende o exercício da docência e de pesquisa. Desse modo, ainda que 52% não tivessem seus interesses de investigação relacionados à área, era preciso apropriar-se minimamente de seus pressupostos ao adentrar em um programa de formação inicial de docentes.

A necessidade de aprofundamento na área da formação de professores foi perceptível ao longo do desenvolvimento do PIBID de História no Paraná, visto que, em 2018, emergiu a necessidade de atuação de coordenadores que tivessem ao menos alguma experiência em formação de professores na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, na gestão pedagógica, na docência na Educação Básica e/ou na produção acadêmica da área. Todavia, tais exigências e alterações, propostas no Edital nº 7, de 2018, demandaram um período de onze anos (2007-2018) de existência do Programa.

Nas pesquisas acerca da avaliação de políticas e programas educacionais, um dos pressupostos apontados é a necessidade de que os processos avaliativos sejam realizados durante o desenvolvimento do Programa, visando ajustes e melhorias que possibilitem redirecionar as ações quando necessário (Afonso, 2009; Fernandes, 2018). Dentre as avaliações orientadas por/para uma agenda social, Patton (2003) defende que a avaliação de políticas e programas seja focada na utilização e que os resultados possibilitem clareza sobre a política e seus programas, bem como para que os utilizadores melhorem os processos de decisão e reformulação.

Considerando esses pressupostos, a partir dos dados analisados pode-se perceber que um dos pontos que poderia ter sido avaliado e investido para a melhoria do Programa é a formação do coordenador para a área do Ensino de História e Formação de professores, o que poderia ter orientado as possibilidades existentes a partir do PIBID. Contudo, ressalta-se que não se entendeu nesta pesquisa que os agentes deveriam ter direcionado todas as suas pesquisas e trajetória para a área, mas que se apropriassem previamente das atualidades do campo de conhecimento, os embates que existem no currículo da disciplina e as demais

questões mencionadas sobre o campo da formação de professores de História no século XXI.

Ressalta-se que o texto apresentado integra uma discussão mais abrangente sobre a Avaliação do PIBID de História no Paraná (2011-2020), por isso, os resultados e discussão apresentados tratam de uma das categorias definidas, que se refere aos coordenadores de área. A avaliação em questão representa uma das possibilidades de avaliação do PIBID que possibilitaria a melhoria do Programa durante sua execução, ou seja, considerar essas especificidades das áreas e dos sujeitos participantes, que deixaram suas marcas nos subprojetos em todas as fases de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

FERNANDES, Domingos. Contributos das perspetivas orientadas por/para uma agenda social. *In*: FERRÃO, João; PAIXÃO, José Manuel Pinto (orgs.). **Metodologias de avaliação de políticas públicas**. Lisboa: Imprensa da Universidade de Lisboa, 2018. p. 49-67.

JARDILINO, José Rubens Lima. Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: Estágio supervisionado e PIBID. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 21, p. 353-366, mai./ago, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644412068>

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

PATTON, Michael Quinn. Utilization-focused Evaluation. *In*: KELLAGHAN, Thomas; STUFFLEBEAM, Daniel (orgs.). **International Handbook of Educational Evaluation**. Boston: Kluwer, 2003. p. 223-244.